



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Há que encontrar soluções para aumentar a eficiência da discussão no Conselho Permanente de Concertação Social

Com a evolução social acelerada que se tem verificado nos últimos anos, muitas leis e regimes não conseguem dar resposta à mudança da situação social, merecendo ser, urgentemente, alterados, e, quando dizem respeito aos direitos e interesses das partes patronal e laboral, têm de ser ainda discutidos pelo Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), porque só depois de se obter um consenso entre ambas as partes é que os mesmos podem ser submetidos à Assembleia Legislativa. Contudo, relativamente a muitos diplomas submetidos ao CPCS, este demora sempre muito tempo a discuti-los e, mesmo assim, não consegue chegar a consenso, o que faz com que os trabalhos de revisão e reforma dos referidos diplomas não avancem.

Segundo a página electrónica do CPCS, nos seus planos de actividades para os anos de 2013 a 2016 mantêm-se os trabalhos relativos, nomeadamente, à discussão sobre o projecto de lei “regime do trabalho a tempo parcial”, à alteração da “Lei das Relações de Trabalho”, da “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes” e da legislação respeitante às Agências de Emprego, assim como ao cumprimento das normas internacionais do trabalho da Convenção n.º 144. Além disso, a discussão do aumento do montante das contribuições para o Regime da Segurança Social,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

assunto que está relacionado com a protecção pós-aposentação de todos os residentes de Macau, também se mantém no referido plano de actividades desde 2013, mas, até agora, as partes patronal e laboral não chegaram a acordo. Só em Março deste ano é que o Governo afirmou que ia, ainda este ano, tomar uma decisão, mesmo não havendo consenso. Apenas uma questão, a da proporção das contribuições, demorou vários anos em discussão no CPCS e, mesmo assim, não se conseguiu obter um consenso. Isto demonstra que, se o CPCS não conseguir chegar a consenso quanto a qualquer questão, esta pode arrastar-se *sine die* e permanecer num impasse, não se conseguindo, assim, responder atempadamente às necessidades da sociedade. Face à “Lei das Relações de Trabalho”, matéria que envolve ainda mais direitos e interesses das partes laboral e patronal, receia-se que o CPCS necessite ainda de mais tempo para a respectiva discussão, duvidando-se, portanto, que o mesmo consiga produzir eficazmente os efeitos de coordenação, o que vai atrasar a definição de políticas sociais.

Mais, de acordo com o artigo 115.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo da RAEM dispõe de uma organização de concertação de carácter consultivo, constituída por representantes do Governo, das associações patronais e das associações de trabalhadores, por isso, caso estas duas últimas tenham opiniões diferentes, o Governo deve, então, procurar minimizar as divergências. Todavia, tendo em conta o facto de não se conseguir obter o consenso das partes laboral e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

patronal sobre vários diplomas que estão em discussão no CPCS há muitos anos, é difícil reflectir a função do Governo na minimização das divergências.

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo deve fixar um prazo para o CPCS discutir as questões que lhe são submetidas, de modo a aumentar a eficiência da respectiva discussão, acelerando os trabalhos de alteração da legislação e dos regimes, permitindo, desta forma, que a legislação e os regimes referidos possam, o mais rapidamente possível, responder às necessidades da sociedade e dos residentes. Vai fazê-lo?
2. Para além de fixar um prazo para a discussão do CPCS, os representantes do Governo devem desempenhar a função de minimizar as divergências, no entanto, não o conseguiram fazer no passado. Assim sendo, o Governo deve encontrar soluções para reforçar a função dos seus representantes no CPCS na minimização de divergências. Como é que vai fazê-lo?

**A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**

15 de Julho de 2016